



CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Nº 003/2026

Processo nº 13375/2025

Data: 25 de março de 2026

Hora: 09h (horário de Brasília)

Critério de julgamento: Menor Preço Global

Regime de execução: Empreitada por Preço Global

Modelo de disputa: ABERTO

Valor da Contratação: R\$ R\$ 349.336,32 (trezentos e quarenta e nove mil trezentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos).

Local: Portal de Compras do Governo Federal -
www.gov.br/compras

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS DAS RUAS JAIME RODRIGUES FILHO E RUA LAO MONTEIRO A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ
(UASG985811)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, sediado a Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ, email licitacao@bomjesus.rj.gov.br – (22) 3833-9208, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento **menor preço global, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas demais normas aplicáveis à espécie e disposições do presente Edital.

1.DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é a contratação de pessoa jurídica para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS DAS RUAS JAIME RODRIGUES FILHO E RUA LAO MONTEIRO A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ**, em regime de empreitada por preço Global, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO VALOR ESTIMADO

2.1.O valor estimado da presente licitação importa em R\$ **349.336,32 (trezentos e quarenta e nove mil trezentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta do Programa de Elemento de Despesa: 15.451.0046.1160.1160, 15.451.0124.2011.2011, ELEMENTO: 4.4.90.51.00, FONTE: 701 e 720, Ficha: 725 e 782.

4. DA VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA)

4.1 As pessoas jurídicas que pretendam participar da licitação poderão realizar visita técnica ao local onde serão realizados as obras e serviços, para estudo das condições existentes, tais como acesso, condições de carga e descarga de equipamentos e perfeita avaliação dos serviços que compõem o Anexo I deste Edital, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos.

4.2 As interessadas deverão previamente agendar a visita junto ao Setor responsável para visita técnica: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Projetos, (22) 3833-9600 (Diego Medeiros Zanon), ou pelo e-mail projetos@bomjesus.rj.gov.br, Rua José Bastos Borges, 704, Bairro Sebastião Pimentel Marques, Bom Jesus do Itabapoana/RJ. Devendo ser apresentada a declaração constante no anexo IV do edital.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

5.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

5.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

5.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão responsável por esta licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

6.1 Somente poderão participar da licitação interessados devidamente registrados no órgão competente, que atendam às exigências deste Edital, cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, desde que prévia e devidamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal, conforme disposto no Item 5 deste Edital.

6.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos previstos da Lei Complementar nº123/2006.

6.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.3.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observada o disposto no art.14, §1º da Lei nº14.133/2021.

6.3.2 A sanção prevista no art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021 impedirá o licitante de participar da presente licitação caso a sanção tenha sido aplicada por órgão do Estado do Rio de Janeiro da Administração direta ou indireta;

6.3.4 A sanção prevista no art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021 impedirá o licitante de participar da presente licitação independentemente do órgão que tenha aplicado a penalidade, seja entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.

6.3.5 Os licitantes que possuem sanções com base no art.87, III da Lei nº 8.666/1993 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 estarão impedidas de participar da presente licitação caso a sanção tenha sido aplicada por órgão do Estado do Rio de Janeiro, da Administração direta ou indireta.

6.3.6 Os licitantes que possuem sanções com base no art. 87, IV da Lei nº 8.666/1993 estarão impedidas de participar da presente licitação independentemente do órgão que tenha aplicado a penalidade, seja entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.



6.3.7 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.3.8 Inadimplentes com obrigações assumidas perante o MBIJ;

6.3.9 Na condição de cooperativas, sociedades simples e entidades sem fins lucrativos;

6.3.10 Que se enquadrem nas vedações previstas no art.9º,§§1º e 2º da Lei nº14.133/2021;

6.3.11 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.3.12 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.3.13 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.3.14 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976,concorrendo entre si;

6.3.15 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente,com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.3.16 Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, sendo permitida nas hipóteses de fusão ou incorporação, desde que o processo já esteja concluído. Será permitida a participação de pessoa jurídica formada de cisão parcial, desde que cumpridas todas as exigências de habilitação;

6.3.17 Será permitida a participação de interessados em recuperação judicial, caso haja comprovação de que o plano já tenha sido homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação para



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO– CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



habilitação.

6.3.18 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

6.4 Será permitida a participação em consórcio de pessoas jurídicas, observadas as seguintes normas:

I –comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II –indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V –responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.5 Como condição para participação na licitação, o licitante assinalará “sim”ou “não”em campo próprio do sistema eletrônico,relativo às seguintes declarações:

6.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no art.3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

6.5.2 que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

6.5.3 que está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas,na forma da lei;

6.5.4 que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

6.5.5 que inexistente impedimento à sua habilitação e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

6.5.6 que está ciente em relação a todas as informações e condições



locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.5.7 que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;

6.5.8 que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

6.5.9 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

6.5.10 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.5.11 que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.6 A assinalação do campo “não” para os subitens 6.5.1 e 6.5.2 apenas produzirá o efeito se o licitante não tiver direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.7 Caso o licitante assinale a opção “não” para os subitens 6.5.3 a 6.5.11 ficará inabilitado para o certame.

6.8 As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas pelo Agente de Contratação da Comissão de Contratação, na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de e-mail ou outra forma.

6.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6.10 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.10.1- É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- Somente serviços constantes da planilha orçamentária, e formalmente aprovados pela CONTRATANTE, poderão ser subcontratados.

- A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, neste caso o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.



- Será vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, conforme as exigências certidões de acervo técnico profissional e operacional apresentados neste tópico.

7. DO CADASTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 O licitante deverá cadastrar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, observado o disposto no item 9.1.1 deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa para referido cadastro.

7.2 O cadastro da proposta ocorrerá por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira–ICP-Brasil.

7.3 O cadastro da proposta pelo licitante, por meio do sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, em especial das especificações técnicas do objeto da licitação, nos termos do Anexo I deste Edital, inclusive das exigências de habilitação previstas no item próprio do presente instrumento. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não havendo como alegar, sob qualquer hipótese, a inveracidade de sua proposta e seus respectivos lances.

7.4 No preço ofertado pelo licitante deverão estar computados todos os custos e encargos, inclusive de transporte, bem como todos os impostos e taxas incidentes sobre a execução do objeto da licitação, que será desenvolvido em conformidade com as especificações do presente Edital e seus Anexos.

7.5 Serão desclassificadas as propostas cadastradas que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do licitante proponente.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação e da Comissão de Contratação designado através da Portaria nº 010/2025, cujas atribuições estão definidas.

8.2 O licitante deverá anexar sua proposta (anexo II) no sistema e todos os documentos exigidos neste edital deverão constar no SICAF, antes da abertura da sessão de licitação.

8.3 A partir do horário previsto neste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

8.4 A verificação da conformidade das propostas com as especificações técnicas ou com quaisquer outras exigências deste edital será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após a fase de lances, e assim sucessivamente com relação às demais propostas.

8.5 Os lances deverão ser ofertados pelo **menor preço global** sobre o valor estimado para licitação.

8.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 O licitante somente poderá oferecer lance referente ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9 O Agente de contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.10 Será adotado para o envio de lances na presente licitação o modo de disputa **“aberto”**, - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no quadro resumo.

8.11 No modo de disputa aberto, haverá intervalo mínimo de diferença de valores, totalizando o montante de R\$ 10,00 (dez reais), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO– CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



8.12 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após o decurso deste tempo, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, após a fase inicial de 10 (dez) minutos.

8.13 A prorrogação automática de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.14 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, sem necessidade de aviso prévio pelo Agente de Contratação e pelo sistema, de forma a garantir a concorrência entre os licitantes.

8.15 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratação da Comissão de Contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.16 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.18 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19 No caso de desconexão com o Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação da licitação: <http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes>.

8.20 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.



8.20.1 Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item anterior, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.20.2 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentro as propostas empatadas.

8.21 Serão desclassificadas as propostas que, após decorrida a fase da oferta dos lances, permanecerem com preços excessivos, assim considerados aqueles superiores ao valor-limite estabelecido pelo MBJI.

8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2 Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e registrado no Termo de Julgamento, que será anexado aos autos do processo licitatório.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de lances, o agente de contratação solicitará, por meio do sistema eletrônico, ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, envie a proposta (Anexo II), adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como os documentos de habilitação, observada, exclusivamente quanto à proposta de preços, a regra contida no item 9.1.1.

9.1.1 Após o julgamento das propostas, o licitante vencedor deverá apresentar a PROPOSTA READEQUADA (valor unitário de cada item com o quantitativo e o valor global do lote) apresentar à Comissão de Licitação, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, o Cronograma Físico-Financeiro e Critérios de Pagamentos, bem como o detalhamento das bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), no prazo estabelecido no edital de licitação.

9.1.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, BDI, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação



EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI

9.1.3 Com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, e em consonância com o princípio da razoabilidade, é facultado ao Agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por escrito (via e-mail contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br), antes de findo o prazo, e mediante justificativa aceita pelo Agente de contratação.

9.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam o licitante vencedor.

9.2.1 Será desclassificada a proposta de preços que não obedecer pormenorizadamente às especificações técnicas contidas no Projeto Básico (Anexo I deste Edital).

9.2.2 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60(sessenta) dias.

9.2.3 Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta comercial, preponderará o prazo determinado neste subitem para efeito de julgamento.

9.3 Especificamente no que toca à proposta de preços ou às planilhas de custos, o Agente de contratação poderá, com vistas a obter o melhor preço e atento à razoabilidade e à proporcionalidade, solicitar e/ou permitir a correção de erros materiais ou de preenchimento, inclusive dos preços unitários, vedada, em qualquer hipótese, a majoração do valor global final ofertado pelo licitante.

9.4 Para os fins de que trata o item 9.1.1, o Agente de contratação poderá conceder até 3 (três) oportunidades de correção, em prazos que reputar razoáveis, não superiores a 24 (vinte e quatro) horas.

9.5 A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em PDF, em formato digital, via sistema, no prazo definido no item 9.1 deste Edital.

9.6 A autenticidade dos documentos extraídos diretamente de sítios na *internet* será verificada pelo Agente de contratação e sua equipe de apoio, que farão os devidos registros nos autos do procedimento licitatório.

9.7 No caso de impossibilidade de verificação da autenticidade nos termos do item anterior, poderá ser exigida declaração firmada por representante legal do licitante de que toda a documentação apresentada na presente licitação, sob as penas da lei, é verdadeira.

9.8 O Formulário da Proposta de Preços e declarações deverão conter assinatura digital, sendo permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), nos termos da lei.

9.9 Anexados os documentos solicitados, nos termos do item 9.1 deste Edital, a



sessão será suspensa para análise das condições de participação e, em não havendo qualquer restrição impeditiva de participação, será verificada a adequação da proposta e dos documentos de habilitação aos termos do Edital e seus anexos.

9.10 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, sendo o único responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, ou de sua própria desconexão, inclusive no que tange às disposições do subitem anterior.

9.11 O agente de contratação comunicará, por meio dos campos "Mensagens" e "Quadro Informativo" do sistema, o momento em que retornará à etapa de lances e à fase de desempate, bem como informará, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, o momento em que será declarado o vencedor (julgamento da proposta e habilitação do licitante).

9.12 Para os demais casos, as comunicações serão feitas por contato via e-mail, motivo pelo qual os licitantes deverão manter atualizados seus dados no Sistema de Compras do Governo Federal.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 Como condição prévia ao julgamento das propostas e ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta mais bem classificada, o Agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas no item 6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

101.1 Sistema Banco de Sanções da Controladoria Geral da União(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>).

101.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art.12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

101.3 Constatada a existência de sanção, o Agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 O critério de julgamento da presente licitação será o de menor preço global, tendo como regime de execução empreitada por preço global, atendidas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.



10.3 O Agente de contratação, com o auxílio dos setores competentes, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, garantindo-se, em qualquer caso, a manifestação do licitante interessado.

10.3.1 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global estipulado neste Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

10.3.2 Serão consideradas inexecutíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, caso não venha a ser demonstrada a exequibilidade, nos termos do item 10.3.

10.3.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo da garantia exigível no item 17 deste Edital.

10.4 Se a proposta ou a oferta de menor lance não for aceitável, o Agente de contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda às disposições do Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 O Agente de contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, social e trabalhista e a qualificação econômico-financeira.

11.1.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar a respectiva documentação atualizada, nos termos do item 11.7, II deste Edital.

11.1.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de contratação e equipe de apoio lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

11.1.3 Será assegurado prazo para a regularização da documentação dos licitantes qualificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.



11.2 A documentação relativa à habilitação dos licitantes, inclusive de todos os consorciados, será verificada no SICAF pelo Agente de contratação e equipe de apoio. Havendo alguma pendência, ou em caso de ausência de documento, os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista, à Qualificação Econômico-Financeira e à Qualificação Técnica:

11.3 Habilitação jurídica:

11.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.1 No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual;

11.3.2 No caso de sociedade empresária, inclusive a unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.3 No caso de licitante estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3.4 No caso de consórcio:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração. Se o consórcio contar com participação de pessoas jurídicas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente a pessoa jurídica brasileira.

11.3.4.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

11.3.4.2 Quando o signatário da proposta, do contrato ou instrumento equivalente e dos demais documentos for pessoa que não conste do ato constitutivo do licitante, este deverá fazer –se representar por meio de procuração ou carta dirigida ao Agente de contratação, contendo os dados relativos à identificação do representante.

11.3.4.3 O não envio da procuração ou da carta mencionadas no subitem anterior não será motivo de inabilitação do licitante, desde que este apresente o documento quando solicitado pelo Agente de contratação.

11.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

11.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.4.2 Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);

11.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito (ou positivas com efeito de negativas),ressalvada a hipótese do licitante não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;

11.4.4 Caso o licitante seja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a Certidão Negativa de ICMS ou a Certidão para não contribuintes do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto com a Certidão emitida pela Procuradoria da Dívida Ativa,nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004 (a regularidade também poderá ser demonstrada através de certidões positivas com efeito de negativas);

11.4.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452/1943.

11.5 Qualificação Econômico-Financeira

11.5.1 **Certidão negativa de falência**, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de seu principal estabelecimento, dentro do prazo de validade, ou emitida até 90 (noventa) dias da data da licitação, na hipótese de não constar expressamente a validade na certidão;

11.5.2 O licitante que esteja em processo de recuperação judicial deverá apresentar documento que comprove que o plano já foi homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação para habilitação, não se afastando a possibilidade de se avaliar a real situação da capacidade econômico-financeira da empresa licitante.

11.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

11.5.4 No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos referidos no item 11.5.2 limitar-se-ão ao último exercício social.

11.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, devendo atender a todas as demais exigências da habilitação.



11.5.5 A documentação mencionada no subitem 11.5.2 e 11.5.3 deverá atender as seguintes condições:

11.5.5.1 **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que possui Índice de Solvência Geral (ISG), Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro), sendo os referidos índices calculados da seguinte forma:

$$ISG = AT : (PC + ELP)$$

$$ILG = (AC + RLP) : (PC + ELP) \quad ILC = AC : PC$$

Onde:

AT = Ativo Total

AC = Ativo Circulante

RLP = Ativo Realizável a Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

11.5.5.2 Na hipótese de o licitante apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes dos subitens anteriores, o licitante poderá comprovar ter capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11.5.6 No caso de licitante reunido em consórcio, será exigido o acréscimo de **15% (quinze por cento)** sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, admitindo-se o somatório dos valores de cada consorciado, nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133.2021.

11.5.7 Não se aplica o acréscimo exigido no item anterior caso o consórcio seja composto, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.6 Qualificação Técnica:

Qualificação Técnico-Operacional (Incisos I, II, III, V e VI, § 1º, 2º, 6º, 8º, 10º e 11º)

- **Atestados de Capacidade Técnica (Art. 67, I, II):** Documentos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que atestem a execução de obras ou serviços semelhantes em características e complexidade ao objeto licitado.
- **Quantitativos Mínimos e Parcelas de Relevância (Art. 67, § 1º e § 2º):** Os atestados devem comprovar a execução de parcelas do objeto consideradas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação maior ou igual a 4% do



valor total estimado. Sendo os itens, portanto, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4 referentes aos serviços de regularização do subleito, execução de pavimento em paralelepípedo e assentamento de meio-fio e execução de calçada em concreto. Em observação ao parágrafo 2º, a exigência deve ser de 50% do total de cada serviço, sendo, portanto, exigido o atestado que demonstre capacidade operacional de até 597,55 m² de regularização de subleito e de pavimentação em paralelepípedo, e de até 199,10 m de assentamento de meio-fio E DE ATÉ 238,92 M² de execução de calçada em concreto.

- **Requisitos Legais Específicos (Art. 67, V): Certidão de Registro e/ou inscrição** do licitante no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU e/ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA do Estado em que for sediada;
- **Declaração fornecida pelo MBI de que efetuou visita ao local dos serviços ou declaração do licitante**, sob as penas da lei, de que, embora não tenha feito a visita técnica, assume a responsabilidade de não fazer qualquer questionamento sobre as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (artigo 67, VI da Lei 14133/21).

2. Qualificação Técnico-Profissional (Inciso I, § 8º e § 12º)

Refere-se à aptidão do *profissional* (Responsável Técnico) que irá supervisionar a obra:

- **Atestado e ART/CAT do Responsável Técnico (Art. 67, I e § 8º):** A comprovação da aptidão profissional por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas, atestando a experiência do profissional em obras ou serviços similares de complexidade equivalente ou superior.
- a) **Vínculo do Profissional (Art. 67, § 6º):** O profissional deve comprovar vínculo com a empresa licitante através de contrato social, CTPS ou contrato de prestação de serviços futuro.
- **Sanções e Impedimentos (Art. 67, § 12º):** Não são aceitos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham sido sancionados de acordo com o Art. 156, III e IV da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá apresentar uma declaração de que seus profissionais não possuem tais impedimentos.

3. Normas sobre Consórcios (Art. 67, § 10º e § 11º)

- **Comprovação por Consorciado (Art. 67, § 10º e § 11º):** A aptidão profissional pode ser comprovada por atestados de obras executados por qualquer um dos consorciados. Se o percentual de participação do consorciado não constar no atestado, deve ser apresentada cópia do instrumento de constituição do consórcio.

11.6.1 Será permitida a soma de diferentes atestados para fins de apresentação.

11.6.2 O Atestado e/ou Certidão deverá ser de obra já concluída e conter o nome do contratado, do contratante, localização da obra, período de execução, descrição dos serviços, suas quantidades e o número do edital/contrato se for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO– CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



11.6.3 Em caso de licitante reunido em consórcio, fica admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, nos termos do art.15,III,da Lei nº14.133/2021.

11.6.4 **Declaração fornecida pelo MBIJ de que efetuou visita ao local dos serviços ou declaração do licitante**, sob as penas da lei, de que, embora não tenha feito a visita técnica, assume a responsabilidade de não fazer qualquer questionamento sobre as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Anexo IV.

11.7 Após a entregados documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos,salvo em sede de diligência, para:

- I –complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II –atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.8 **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo como estabelecido neste Edital.**

11.9 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art.44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação,observado o prazo disposto no item10.1deste Edital.

11.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
--

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente ou ainda, não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico("chat").

13.DO SANEAMENTO DE FALHAS ESCUSÁVEIS

13.1 No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado no Termo de Julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14. DOS RECURSOS

14.1 Após o julgamento da proposta e a habilitação do licitante, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública e em campo próprio do sistema, manifestar de forma imediata sua intenção de recorrer, nos termos do sub item abaixo, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar suas razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar em contrarrazões em igual prazo, que começará a ser contado do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.2 Os registros relativos à intenção de recorrer terão que ocorrer dentro do prazo máximo total de 20 (vinte) minutos, sendo 10 minutos, contados do julgamento das propostas, e mais 10 minutos, contados do ato de habilitação ou inabilitação.

14.3 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não credenciado ou não identificado no processo para responder pelo licitante e, ainda, aqueles apresentados fora do sistema de realização da licitação.

14.4 A falta de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente



autorizada a adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor e a homologar a licitação.

14.5 As razões de recurso e as contrarrazões apresentadas pelos licitantes serão dirigidas à autoridade competente por intermédio do Agente de contratação, e deverão ser apresentadas **exclusivamente** no campo específico do Sistema de Compras do Governo Federal.

14.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto em favor do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.8 O Agente de contratação e a autoridade competente poderão, em qualquer fase, interpor recurso de ofício de suas próprias decisões ao Procurador Municipal, ainda que todos os interessados e licitantes tenham expressamente renunciado ao direito de recorrer.

14.9 Será assegurado ao licitante, que assim o solicitar, vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do termo de contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que sejam assinados no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



em favor o órgão ou entidade licitante.

16.5 O objeto do contrato a que se refere a presente licitação poderá, a critério do MBIJ e atendendo aos pressupostos de conveniência e oportunidade administrativas, ser prorrogado e alterado nos termos da Lei nº14.133/2021.

16.6 Na hipótese de haver necessidade de Termo Aditivo em virtude de acréscimo quantitativo de itens já constantes da Proposta de Preços/Planilha Orçamentária será adotado o respectivo valor unitário consignado na Planilha Orçamentária elaborada pelo licitante vencedora em sua proposta de preços.

16.7 No caso do Termo Aditivo contemplar itens não existentes anteriormente na Proposta de Preços/Planilha Orçamentária, será adotado o seguinte critério:

- a) tratando-se de material e/ou serviços previstos no Catálogo de Referência de Custos da SINAPI, o preço unitário adotado será o da data base utilizada para a formulação da proposta de preços do licitante vencedor;
- b) tratando-se de material e/ou serviços não previstos no Catálogo de Referência de Custos da SINAPI, o preço unitário será igual ao menor dos preços obtidos em pesquisa junto a, no mínimo, 04 (quatro) fornecedores aplicando-se a este o mesmo percentual de variação ofertado pelo licitante vencedor em relação ao valor global da estimativa oficial do MBIJ.

16.8 Na hipótese de aditamento para acréscimo de serviços de administração local, decorrente de acréscimo do preço contratado, será adotado para o preço do aditamento de administração local o mesmo percentual de acréscimo do valor total do aditamento em relação ao preço global inicialmente contratado, com o fim de manter-se ao final da execução a proporcionalidade do custo de administração local em relação ao total executado.

16.9 Na hipótese de o Termo Aditivo ocorrer após 12 meses contados da data base da proposta de preços do licitante vencedor, o preço unitário será calculado com base na variação de preços do Catálogo de Referência da SINAPI da data do Termo Aditivo, respeitado o preço ofertado pelo licitante vencedor em sua proposta de preços.

16.10 Caso o licitante vencedor esteja reunido em consórcio, deverá promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do compromisso referido no item 11.3.5, I, deste Edital.

16.11 É admissível a fusão, cisão ou incorporação do licitante vencedor com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos nesta licitação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; este documental e exhaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na



transferência da estrutura referente às atividades envolvidas no contrato celebrado com o MBJI; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa do MBJI à continuidade do contrato.

16.12 - Ao comparecer para assinar o contrato, o licitante vencedor deverá apresentar à Coordenadoria de Contratos, como condição indispensável à respectiva assinatura, os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada do seu registro no CREA da jurisdição de sua sede visado no CREA/RJ, nos termos do art. 1º, inciso II da Resolução do CONFEA nº 413/1997, aplicando-se a mesma regra no CAU/RJ, conforme o caso;
- b) Comprovação de possuir em seu corpo técnico profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo- CAU e/ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia- CREA;

16.12.1 comprovação do vínculo do licitante com o profissional mencionado na alínea anterior, se dará por meio de: cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante; ou através do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou por contrato de prestação de serviço.

17.DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 O licitante vencedor do certame deverá apresentar no prazo de até 30 dias contados da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, o documento de garantia da execução do contrato derivado da presente licitação, a ser prestada na modalidade **seguro-garantia**, nos termos do art. 96, II e § 3º, e do art. 102, ambos da Lei nº 14.133/2021, **importando em 5% (cinco por cento) do valor do contrato.**

17.2 O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO em relação à obra. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste edital como condição geral.

17.3 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



17.4 O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

17.5 Em caso de inadimplemento pelo contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I -a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) Acompanhar a execução do contrato principal;
- c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II –a emissão de empenho em nome da seguradora, ou quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III –a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I –caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II –caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

17.5 A apólice do seguro garantia será encaminhada à apreciação do Órgão Fiscalizador do MBIJ através da Coordenadoria de Licitações e Contratos, Av. Governador Roberto Silveira, nº 68 – Centro – Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

17.6 A garantia prestada pelo licitante vencedor será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, nos termos previstos no art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

17.7 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo da garantia exigível no item 17.1 deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



18.DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

18.1 As disposições relativas à fiscalização e à gestão do contrato estão previstas no Projeto Básico (Anexo I do Edital) e no Termo de Contrato (Anexo III do Edital) e estudo técnico preliminar (anexo V).

18.2 O fiscal do contrato será Lorena da Silva Leite, Engenheira Civil, CREA-RJ nº 2019114363, Matrícula 9490-1

19.DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

19.1 O regime de execução do objeto desta licitação, inclusive as condições de entrega, estão previstos no Projeto Básico (Anexo I do Edital) no Termo de Contrato (Anexo III do Edital) e estudo técnico preliminar (anexo V).

19.2 O contrato que vier a ser firmado terá o prazo de execução de 12 (doze) meses e de 18 (dezoito) meses de vigência de contrato, contados a partir da data de sua assinatura.

19.3 O serviço contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta.

19.4 O recebimento provisório se dará no prazo 30 dias após o recebimento da última medição, por parte do fiscal do contrato.

19.5 O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta.

19.6 O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

19.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

20.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I do Edital) e no Termo de Contrato (Anexo III do Edital).



21.DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado mediante processo de fatura, em conformidade com a Lei Estadual nº287/1979, mediante crédito em conta-corrente do licitante vencedor, que, uma vez efetivado, dar-se-á por liquidada a obrigação.

21.2 Os pagamentos serão efetuados por etapas de serviços executados, conforme o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária apresentada neste processo licitatório, mediante os repasses; mediante Boletim de medição, relatório fotográfico, memória de cálculo e diário de obras pela fiscalização do município de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, acompanhado da Nota Fiscal.

21.3 A critério do Órgão Fiscalizador do MBIJ poderão ser fracionadas as etapas de execução, para efeito de medição, faturamento e pagamento, visando sempre o melhor desempenho da execução da obra,consoante previsto neste Edital e seus Anexos.

21.4 Os serviços previstos na Planilha Orçamentária integrante do Anexo I do Edital, relativos à administração local e às despesas gerais serão pagos com quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados.

21.5 A ausência da comprovação do atendimento de quaisquer encargos e obrigações previstosno presente Edital, bem assim a não apresentação de quaisquer documentos exigidos, inclusive parainstrução da fatura, acarretará a interrupção do pagamentoà licitantevencedora, atéque sejasupridaaexigência.

21.6 Em caso de atraso no pagamentoefetuado pelo MBIJ da fatura apresentada pelo licitante vencedor,desdeque não decorrente deatoou fatoatribuível aesteúltimo,o licitantevencedorfará jusàcompensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita “pro ratadie”, para talutilizando-seo menoríndice de inflação, correspondente aos dias de atraso,dentre oIGPM/FGVe o IPCA/IBGE,sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês,“prorata die”.

21.7 Caso o pagamento devido seja antecipado pelo MPRJ,o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, cujo valor será determinado pela variação “pro rata die” do menor índice de inflação,correspondente aos dias de antecipação,dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE.

21.8 A forma de pagamento poderá ser modificada após a realização da licitação, desde que haja interesse do MBIJ e do licitante vencedor, sempre no sentido de melhorar o desenvolvimento dos trabalhos para a integral execução do objeto da licitação.



21.9 O critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 10.192 /2001, ou em outra legislação que venha substituí-la, tomando-se como data inicial da contagem da periodicidade anual a data de apresentação da proposta de preços do licitante vencedor.

21.10 **O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item anterior será o INCC/FGV**, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.

21.11 O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa do licitante vencedor, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 21.9.

21.12 Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 21.9, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio do Protocolo-Geral do MBJI.

21.13 Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento em que se baseou a proposta de preços ou do último reajuste concedido.

21.14 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

21.15 Será descontado de pagamento devido pelo MBJI o valor de eventual multa imposta ao licitante vencedor em razão de infração ocorrida durante a execução contratual.

22.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Pela inobservância dos termos deste Edital, bem como da Lei nº 14.133/2021, ficam os licitantes sujeitos às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil:

I - advertência;

II - multa, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor estimado da licitação;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 3(três)anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3(três)anos e máximo de 6(seis)anos.



22.2 A multa prevista no item 22.1, II pode ser aplicada isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e tem o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

22.3 O licitante que praticar quaisquer das condutas elencadas no inciso IV do art.5º da Lei nº 12.846/2013 ficará sujeita às sanções previstas no art.6º, I e II do mesmo diploma legal.

22.4 Os procedimentos de gestão administrativa relativos à apuração e à aplicação das sanções acima estipuladas observarão os parâmetros estabelecidos **Lei Municipal nº 1995 de 28 de novembro de 2025, bem como na Lei nº 14.133/2021.**

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
--

23.1 As impugnações aos termos do Edital deverão ser dirigidas ao Agente de contratação e encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores à data indicada para abertura da licitação.

23.2 Quaisquer esclarecimentos acerca do instrumento convocatório da licitação, inclusive os de ordem técnica, deverão ser dirigidos ao Agente de contratação e encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, por meio endereço contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da licitação.

23.3 Devido à política de segurança virtual implantada no MBIJ, mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br. Poderão ser devolvidas ao remetente. É responsabilidade de o licitante impugnante confirmar o recebimento do e-mail. Pelo Whatsapp (22) 38339208.

23.4 A resposta à impugnação ao edital e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ressalvadas hipóteses justificadas, e Agente de contratação poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



deverá ser motivada pelo Agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

23.7 Os questionamentos respondidos pelo Agente de contratação estarão disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no link correspondente a esta Concorrência e/ou no endereço eletrônico do MBI, no [link http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes](http://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes).

24. DA LICENÇA AMBIENTAL

24.1- Licença Ambiental: será de responsabilidade do Município de Bom Jesus do Itabapoana, protocolo junto ao INEA em 29/07/2025(SEI 070002/016026/2025).

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Quaisquer comunicações relevantes que se fizerem necessárias ao certame estarão disponíveis no endereço eletrônico mencionado no subitem anterior.

25.2 No caso de na hora marcada não se apresentar qualquer licitante será este fato consignado no processo licitatório, o qual será encaminhado ao Chefe do poder executivo para a adoção das medidas cabíveis.

25.3 Da sessão de licitação será emitido pelo sistema o respectivo Termo de Julgamento. O Termo de Julgamento será circunstanciado, nele registrando-se as interessadas participantes do certame, bem como todas as ocorrências verificadas.

25.4 É facultado ao Agente de contratação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

25.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada automaticamente no Termo de Julgamento.

25.6 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos e/ou certidões constitui meio legal de prova, para fins de aprovação das propostas de preços e de habilitação dos licitantes.



25.7 Os documentos apresentados em fotocópia só serão aceitos quando nítidos. Em caso de dúvida quanto à autenticidade dos mesmos, o Agente de contratação se reserva o direito de solicitar os originais para simples conferência, exigência esta que deverá ser cumprida pelos licitantes no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas contadas da data da ciência pelo respectivo representante.

25.8 Durante e/ou após os procedimentos da Concorrência Eletrônica -diante de fundada dúvida acerca da autenticidade de algum documento apresentado, ou com relação ao atendimento das especificações constantes do Edital e seus Anexos, que exija uma análise mais apurada dos elementos apresentados pelos licitantes poderá haver decisão por parte do Agente de contratação, no sentido da conversão do respectivo julgamento em diligência e consequente sobrestamento da sessão, até que seja decidida a questão, após o que será promovida comunicação, pelo sistema, convocando os licitantes para o prosseguimento do certame.

25.9 O MBIJ se reserva o direito de anular a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e, conseqüentemente, declarar unilateralmente rescindido o contrato, caso ocorram quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021. A rescisão poderá ocorrer, também, de forma amigável, nos termos do art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

25.10 O MBIJ procederá, ainda, à anulação da nota de empenho e ao conseqüente cancelamento do contrato, caso seja constatado que o licitante vencedor praticou falsidade nas declarações e/ou em qualquer outro documento apresentado, bem como por qualquer descumprimento das normas deste Edital e seus Anexos, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas cabíveis, previstas neste Edital e na legislação aplicável à matéria.

25.11 É facultado ao MBIJ, quando a convocada não assinar o contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente nas condições e prazo estabelecidos, ou, ainda, quando demonstrar ou declarar expressamente a impossibilidade de executar o objeto da licitação nos termos estipulados neste Edital e seus Anexos, promover o exame das ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem desclassificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seu Anexo I, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

25.12 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação e do contrato.

25.13 Sem prejuízo do disposto no subitem 24.10, o MBIJ poderá, a qualquer tempo, diligenciar junto aos órgãos competentes no sentido de comprovar a veracidade das informações e documentos apresentados pelos licitantes durante o certame e no período da execução das obrigações contratuais.

25.14 O licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ITABAPOANA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Comissão Permanente de Licitação
EDITAL RETIFICADO- CONCORRÊNCIA 003/2026 PMBJI



contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021).

25.15 Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

25.16 O Órgão Fiscalizador do MBI ou os órgãos do MBI responsáveis pelo pagamento das faturas poderão, a qualquer tempo durante o período contratual, exigir a comprovação da regularidade jurídica e fiscal do licitante vencedor.

25.17 Quaisquer dúvidas relevantes na interpretação deste Edital e seus Anexos, bem como os casos omissos, serão decididos pelo Agente de contratação e membros da equipe de apoio, e solucionados à luz da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

25.18 Todas as comunicações dos licitantes durante a sessão pública de licitação deverá ser realizada através do email contatolicitacao@bomjesus.rj.gov.br.

25.19 Integram o presente Edital dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- Anexo I- Estudo técnico preliminar;
- Anexo II- Formulário da Proposta de Preços;
- Anexo III- Minuta do Contrato;
- Anexo IV- Declaração de Vistoria;
- Anexo V- Memorial Descritivo;
- Anexo VI- Memorial de cálculo;
- Anexo VII- BDI;
- Anexo VIII- Cronograma;
- Anexo IX- Projeto Básico;
- Anexo X- Composição;
- Anexo XI- Planilha orçamentária.

Anexos Link Site - <https://bomjesus.rj.gov.br/site/licitacao/2148>.

Bom Jesus do Itabapoana, 03 de março de 2026.

DIEGO MEDEIROS ZANON

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Projetos